

Relator da ONU no Rio

RICARDO MIRANDA

DA EQUIPE DO CORREIO

Rio de Janeiro — O australiano Philip Alston, relator especial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre execuções arbitrárias, desembarca hoje no Rio de Janeiro para uma maratona de reuniões, mas é a última parte de sua agenda, no sábado, que gera controvérsia: uma visita ao Complexo do Alemão. Na semana passada, um relatório elaborado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República apontou casos de execuções durante operação policial em julho no Complexo do Alemão, na Zona Norte, quando morreram 19 pessoas. Pelo menos duas vítimas teriam sido executadas. Após a visita, Alston vai elaborar um relatório sobre o aumento do número de autos de resistência — mortes em confrontos com a polícia — no estado.

O escritório da ONU no Rio diz que não tem autorização para divulgar a agenda do emissário da organização. O encontro com familiares de vítimas da violência policial, no entanto, está confirmado, e deve ocorrer no próprio local das mortes, a Favela da Grotinha, uma

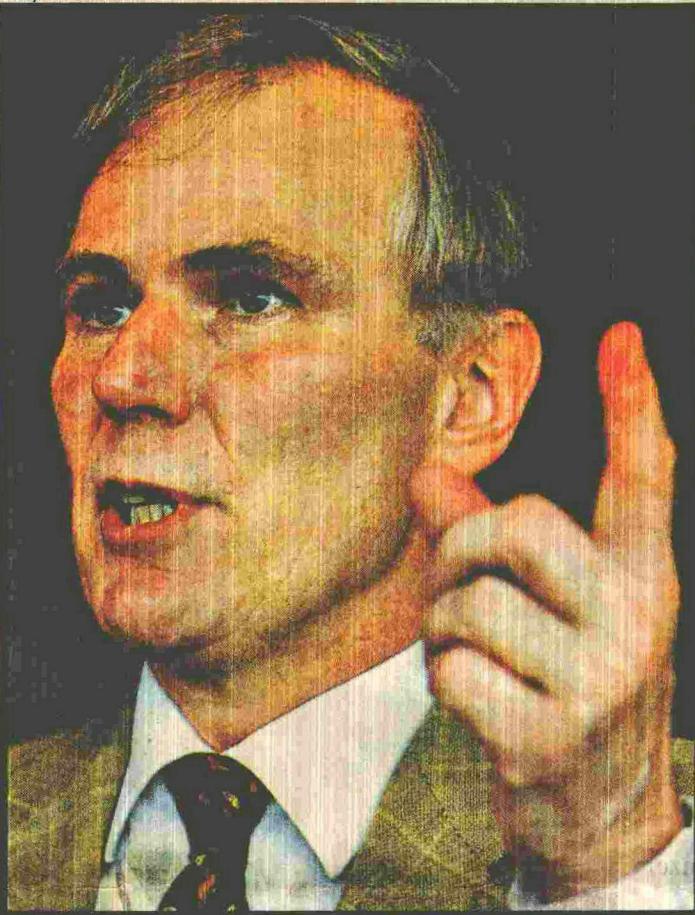
das 12 comunidades que compõem o Complexo do Alemão. "Já soubemos que ele vem e não vai ter nenhum problema. Pode vir tranquilo", garante o presidente da Associação de Moradores da Grotinha, Wagner Nicassio, que promoverá o encontro na sede da associação.

O secretário de Segurança Pública do Rio, José Mariano Beltrame, diz que não recebeu qualquer pedido da ONU de segurança para o seu emissário e manifestou estranheza por Alston marcar um encontro numa área violenta controlada pelo tráfico de drogas. "O Alemão não está resolvido. A Força Nacional cerca os principais acessos, sem ocupar. Risco naquele lugar sempre existe, mas até o momento a ONU não fez qualquer pedido para proteção policial. Não sei com quem e como ele negociou esta visita", ressalta Beltrame.

Controle

Existe na polícia do Rio a suspeita de que muitas associações de moradores, a quem cabe chancelar a entrada de autoridades e até de jornalistas nessas áreas, atuem como prepostos dos traficantes. Alston, que está em missão oficial no Brasil, com passagens ainda por São Paulo e Recife, recebe a proteção de agentes

Cheryl Ra/Reuters - 21/2/07



da Polícia Federal. Mas até quem concorda com sua ida ao Alemão acha que é melhor ele entrar sem escolta. "Ele tem a proteção da Polícia Federal por ser emissário da ONU. Mas se ele se sentir tranquilo na hora, pode dispensar o policiamento", sugere o deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL), da Comissão de Direitos Humanos da Assem-

bléia Legislativa do Rio.

Ao contrário do escritório da ONU no Rio, Freixo sabe toda a agenda de Alston. Hoje, o emissário conversará pela manhã com grupos de direitos humanos e, à tarde, terá encontros com familiares de vítimas da violência carioca. Amanhã, ele se encontrará com Beltrame e com a cúpula da segurança pública no Rio. Na sexta,

ALSTON: VISITA OFICIAL AO PAÍS PARA APURAR DENÚNCIAS DE EXECUÇÕES COMETIDAS POR POLICIAIS

poderá ser recebido pelo governador. No sábado, vai à Favela da Grotinha, no Alemão.

Considerada uma das maiores e mais violentas favelas do Rio, controlada pela facção criminosa Comando Vermelho, o Complexo do Alemão fica entre os bairros de Ramos, Olaria, Inhaúma e Bonsucesso, na Zona Norte. São cerca de 100 mil barracos e casas, com perto de 300 mil habitantes. Beltrame não descarta que possam ter ocorrido excessos, como na megaoperação no Alemão, que deixou 19 mortos e 10 feridos. Três inquéritos da Polícia Civil investigam o caso, com a fiscalização do Ministério Pùblico Estadual. Mais de 50 pessoas já foram ouvidas, entre parentes, moradores e policiais.

"Nossa política não permite desvio de conduta, abuso policial. O que não admitimos é que um relatório feito por pessoas que nunca pisaram no Complexo do Alemão, sem diligência, sem perícia no local, venha afirmar categoricamente que houve execução", rebate Beltrame. O "relatório alternativo" da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, diz ele, apenas interpreta o laudo realizado pela Polícia Técnica do Rio de Janeiro, o que o desqualificaria como perícia técnica.